

Sr. Presidente da Assembleia Nacional

Sr. primeiro-ministro

Srs. Membros do Governo

Sras. e Srs. Deputados

Estratégia de aceleração da transição energética

O processo de transição energética não é novo na história. No passado, vivemos outras grandes mudanças fundamentais, como a passagem da madeira para o carvão, no século 19, e do carvão para o petróleo, no século 20. O que diferencia esta transição das anteriores é a urgência de proteger o planeta da maior ameaça que já enfrentou, e isso deve ser feito o mais rápido possível. Essa urgência acelerou as mudanças no setor energético: em um decênio (2010-2019), a queda dos custos das tecnologias renováveis foi de 80% para a energia [solar](#) fotovoltaica e 60% para a energia [eólica](#) onshore.

A transição energética, porém, não se limita ao fechamento gradual das usinas a carvão e o desenvolvimento de energias limpas: é uma mudança de paradigma de todo o sistema.

Em nosso entendimento esta mesma transição deverá permitir que os consumidores possam produzir através de fundos renováveis a energia que necessitam e injetar na rede pública de distribuição elétrica o remanescente desta mesma energia. O que aqui afigura-se NOS complicado é o facto do custo de venda desta mesma energia ser bastante inferior ao custo de compra o que pode inviabilizar a nascença o desenvolvimento deste setor. Neste sentido a UCID entende que é imprescindível a adequação das leis para que não haja uma discrepância acentuada entre a compra e a venda desta mesma energia.

Um outro passo importante na transição energética deve ser assumido no sentido de se produzir o hidrogénio verde a partir das Fontes renováveis nomeadamente O Sol e o vento. Considerando o regime do vento e do Sol existente nas ilhas é nossa convicção de que o país possui um grande potencial para a produção do hidrogénio verde e consequentemente a exportação deste combustível amigo do ambiente. Precisamos rapidamente trabalhar no sentido adequado para que a produção do hidrogénio verde se torne realidade o mais rapidamente possível e que o país possa criar riqueza a partir deste setor.

Importa salientar que transição energética deve ser pensada como um desígnio nacional, traduzindo em vantagem não apenas para o clima, mas também para a economia e a sociedade.

Do ponto de vista ambiental, as fontes renováveis e a mobilidade elétrica reduzem a poluição, sendo que, no que concerne à sustentabilidade social, novas formas de trabalho podem empregar as pessoas que antes trabalhavam em setor similar.

Cabo Verde um país insular de pequena dimensão não tem um peso específico na contribuição da emissão dos gases de efeito de estufa. Todavia não obstante esta reduzida dimensão da emissão de gases é importante que Cabo Verde de exemplo ao mundo demonstrando o seu empenho na redução da temperatura do Globo.

A transição energética para nós significa produzir mais energia elétrica através de Fontes renováveis que Cabo Verde apresenta ter uma grande potencialidade. Desde logo o aproveitamento das energias eólicas, solares, geotérmica e das marés. A transição energética pressupõe como é óbvio em termos de transporte a redução do consumo dos combustíveis fósseis limitando assim, também, a emissão dos gases com efeito de estufa.

Permitir que, ao invés de carros movidos a combustíveis fósseis utilizarmos carros com Fontes de energia alternativa tais como eletricidade proveniente de energias renováveis células de combustíveis ou mesmo sistema híbridos contribuirá para a redução da emissão dos gases.

O avanço tecnológico é de tal forma que a transição energética em Cabo Verde já deveria ter sido implementada há já algum tempo. É importante salientar que o governo anterior já tinha estabelecido como meta atingir em 2030 mais de 50% de energias renováveis na rede. No entanto o percentual desta energia na rede segundo dados da empresa distribuidora não ultrapassa os 17%, valor ainda bastante irrisório para o que se pretende.

Mais do que produzir energia com base em Fontes renováveis a transição energética pressupõe também o consumo responsável e eficiente desta mesma energia. Assim deve o governo incentivar a importação de eletrodomésticos com classe de eficiência energética bastante elevado. Outrossim é importante que a construção de edifícios quer para habitação quer para outras atividades sejam feitas com base em tecnologias que permitam o consumo eficiente de energia.

No debate com a senhor primeiro-ministro iremos apontar algumas soluções já acima descritas e exigir que o governo tome todas as medidas necessárias no sentido de podermos vir a concretizar este desiderato maior a nível energético no país.

João Santos Luís

Deputado / Presidente da UCID